

**Quem guardará os guardiães? A segurança pessoal de Hitler e Mussolini e as relações entre partido e Estado nas ditaduras fascistas\***

*Who watches the watchers? Hitler and Mussolini's personal security and the relations between party and State in fascist dictatorships*

*¿Quién guardará a los guardianes? La seguridad personal de Hitler y Mussolini y las relaciones entre partido y estado en dictaduras fascistas*

João Fábio Bertonha\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-5194-5632>

RESUMO: O objetivo desse artigo é discutir as diferenças e igualdades entre os sistemas de segurança pessoal dos ditadores fascistas (Hitler e Mussolini) e as suas implicações no colapso do fascismo em 1943 e na sobrevivência do nazismo até 1945. Como pano de fundo, será discutida a relação entre policiais, militares e milicianos dentro dos regimes fascista italiano e nazista alemão e o tema mais amplo da relação entre Estado e partido nesses regimes. Como “casos de controle”, serão abordados igualmente os exemplos de Franco, Stalin e Getúlio Vargas e suas guardas pessoais.

Palavras-chave: Proteção pessoal. Hitler. Mussolini. OVRA. SS.

---

\* A atualização bibliográfica para esse artigo foi feita em Munique e em Roma, em julho e dezembro de 2017, respectivamente. Agradeço o financiamento da *Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico* do Estado do Paraná (FA) e do Center for Advanced Studies da Ludwig-Maximilians-Universität München.

\*\* Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutorado pela Università di Roma, Universidade de São Paulo, European University Institute de Firenze e Universidad Carlos III de Madrid.. Também tem o título de Livre Docente em História (USP, 2014) e é especialista em política de defesa e em assuntos estratégicos internacionais (2009 e 2011) pelo CHDS (National Defense University), em Washington, sendo bolsista desse centro. Foi visiting fellow na University of Toronto (2000 e 2008), no Immigration History Research Center da University of Minnesota (2008), no Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid (2009), no Instituto Nacional de Antropología e Historia do México (2009), no Instituto de Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de La Plata (2009), no Center for Advanced Studies da Ludwig-Maximilians-Universität München, Alemanha (2017), no Center for Austrian Studies, University of Minnesota (2018) e no Colégio de México (2019). E-mail: [fabiobertonha@hotmail.com](mailto:fabiobertonha@hotmail.com).

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the differences and similarities between the personal security systems of fascist dictators (Hitler and Mussolini) and their implications for the collapse of Fascism in 1943 and the survival of Nazism until 1945. As a background, it will be discussed the relationship between police, military and militia members within the Italian fascist and German Nazi regimes and the broader theme of the relationship between State and party in these regimes. As “control cases”, the examples of Franco, Stalin and Getúlio Vargas and their personal guards will also be addressed.

Keywords: Personal protection. Hitler. Mussolini. OVRA. SS.

RESUMEN: El propósito de este artículo es discutir las diferencias y las igualdades entre los sistemas de seguridad personal de los dictadores fascistas (Hitler y Mussolini) y sus implicaciones para el colapso del fascismo en 1943 y la supervivencia del nazismo hasta 1945. Como trasfondo, será discutida la relación entre la policía, los militares y los miembros de la milicia dentro de los regímenes fascista italiano y nazi alemán y el tema más amplio de la relación entre el Estado y el partido en estos regímenes. Como “casos de control”, también se abordarán los ejemplos de Franco, Stalin y Getúlio Vargas y sus guardias personales.

Palabras clave: Protección personal. Hitler. Mussolini. OVRA. SS.

### Como citar este artigo:

Bertonha, João Fábio. “Quem guardará os guardiães? A segurança pessoal de Hitler e Mussolini e as relações entre partido e Estado nas ditaduras fascistas”. *Locus: Revista de História*, 27, n.1 (2021): 317-337.

\*\*\*

## Introdução

As ditaduras são, por definição, inimigas tanto de um sistema político livre como do multipartidarismo pleno e efetivo, representante de diversas posturas políticas e demandas sociais. No lugar, elas preferem a simples abolição de todos os partidos em favor da unidade nacional, um sistema multipartidário controlado (no qual um partido de oposição pode até existir, desde que não represente uma ameaça real) ou um de partido único. Nesse último caso, as variações também existem. Esse partido único pode ter algum nível de poder ou ser uma simples máquina que facilita o apadrinhamento e a criação de redes de apoio mútuo entre os vencedores no processo, sem influência real.

No caso dos regimes fascistas, o partido único é uma característica central, mas de um tipo particular. O partido é o canal de transmissão ideológica do líder para o povo, a corporificação de

---

uma ideologia que justifica a presença daquele grupo no poder e canal para a remodelação da sociedade. Para isso, o partido, ao assumir o poder de Estado, o controla e o permeia da sua ideologia. Estariam aí lançadas as bases para um projeto de futuro totalitário no qual as antigas estruturas estatais seriam eliminadas e uma nova elite assumiria o controle da sociedade.

Na prática, a concepção totalmente hierarquizada e totalitária de sociedade não se concretizou, em boa medida pela própria resistência dos ditadores em criar estruturas que poderiam, a princípio, prescindir deles próprios. No lugar, formou-se uma muito mais complexa, na qual conviviam os antigos órgãos do Estado, os novos que vinham do partido e ainda outros, oriundos da própria figura do líder único. Uma estrutura caótica, com interpenetrações, conflitos e alianças e cuja contradição central, ainda que não a única, era a entre o partido e o Estado.

Um dos pontos mais problemáticos nessa relação foi o dos corpos de segurança. Tradicionalmente, as forças do Estado são as responsáveis pelo monopólio do uso da força, tanto interna como externamente. Os partidos fascistas, contudo, criaram forças paramilitares (como as SS alemãs e a *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale* – MSVN - italiana) para a ação política e, após a tomada do poder, abriu-se imediatamente a questão de como integrá-las na nova ordem, especialmente frente aos policiais, aos juízes e aos militares. Essa é uma discussão fundamental para o entendimento dos Estados fascistas e de suas especificidades e pretendo continuá-la em outros espaços, avançando no problema das forças armadas, dos corpos policiais e dos sistemas judiciários frente às milícias e aos partidos fascistas alemão e italiano. No presente texto, contudo, a questão a ser discutida é outra, apesar de totalmente relacionada ao tema maior acima apresentado: a segurança pessoal dos ditadores, a proteção da vida de Mussolini e Hitler.

Em princípio, a questão é simples. Em regimes em que o líder tinha uma função tão importante, a preservação da sua vida e do seu corpo era algo essencial e, portanto, ele era cercado de toda a proteção possível. Isso é verdadeiro, mas há outras questões de fundo fundamentais e de importância histórica. Qual instituição ou instituições tinham a responsabilidade de cuidar do corpo físico dos ditadores e o que isso significava dentro da estrutura de poder desses Estados? Qual a origem e as consequências das escolhas de Mussolini e Hitler no que se refere à sua segurança pessoal?

Para dar conta dessa tarefa, a estrutura do artigo será bastante tradicional. Na primeira parte, o foco será na Itália fascista, na relação das milícias com o aparelho do Estado e na segurança de Mussolini, enquanto a segunda parte fará o mesmo com relação à Alemanha nazista e a Hitler. Na parte final, abordarei brevemente o sistema de segurança pessoal de três outros ditadores – Francisco Franco, Getúlio Vargas e Joseph Stalin -, os quais foram escolhidos cuidadosamente por representarem sistemas de poder e de relação Estado/partido com algumas proximidades, mas

---

também importantes diferenças, com relação aos fascistas. O objetivo, portanto, é que, através do exame da segurança pessoal dos ditadores, sejamos capazes de evidenciar e pensar melhor o caráter particular do modelo fascista de poder.

### O caso italiano

Em linhas gerais, o *Partito Nazionale Fascista* (PNF) foi sublimado pelo Estado e seu projeto de nacionalização das massas ficou incompleto. O partido foi incapaz de disciplinar e controlar as tendências regionalistas, nas províncias, e o regime jamais conseguiu eliminar certas fontes de poder paralelo, como a Monarquia, o Exército e a Igreja. Do mesmo modo, o grau de fusão entre partido e Estado foi menor e o PNF, apesar de se infiltrar no Estado, não conseguiu dominá-lo, antes o contrário. Além disso, o próprio Mussolini exercia uma autoridade paralela e ao redor de ambos. Em linhas gerais, pode-se concluir que o Estado e a figura pessoal de Mussolini acabaram por ter mais peso do que o partido na estrutura de poder italiana. Isolado e tendo perdido sua capacidade de decisão, o partido se tornou cada vez mais uma instância burocrática e formal de poder, de pouca importância real (Corner 2012).

A opção pelo Estado foi uma escolha de Mussolini, coerente com as perspectivas ideológicas do fascismo italiano (que priorizava o Estado sobre o partido e a sociedade) e com o receio de Mussolini de que um partido forte em excesso poderia significar uma ameaça a seu poder pessoal. Mais do que isso, contudo, ela foi uma derivação do equilíbrio de forças que permitiu a chegada do fascismo ao poder. As forças tradicionais cederam o comando do Estado a Mussolini em 1922 por seus próprios motivos, mas mantiveram força suficiente para não serem eclipsadas pelo fascismo e muito menos pelo PNF. Com o passar dos anos e das décadas, o regime caminhou na direção de um maior controle da sociedade, numa perspectiva totalitária, mas não conseguiu eliminar as forças tradicionais; pelo contrário, foi por elas eliminado na grande crise de 1943 (Adinolfi 2012; Musiedlak 2012; Bertonha 2008; Bertonha 2017; González Calleja 2005).

Isso se refletiu na questão dos esquadristas e milicianos dentro do partido. Os esquadristas haviam sido fundamentais para a conquista do poder, ao menos enquanto arma de propaganda e socialização. Mesmo assim, eram um perigo potencial, já que sua independência e até indisciplina frente ao partido geravam problemas para a sua liderança. Outra dificuldade era que, dentro do bloco de poder de Mussolini, havia um acordo tácito com o Exército e outras forças do Estado pelo qual elas continuariam a ter o monopólio da força. Esse acordo implicava anular quaisquer ambições milicianas de substituírem os militares e policiais como os que exerciam a violência legítima dentro do regime. Como resultado, as forças esquadristas foram canalizadas para a MVSN, criada em 1923, e que foi incorporada ao aparelho do Estado no ano seguinte (Reichardt 2009).

---

Mesmo com a incorporação oficial ao Estado, a MVSN continuava a ser, em essência, oriunda e controlada pelo partido e suas centenas de legiões milicianas não eram uma força negligenciável. Sua subordinação ao Exército e à polícia representou, contudo, o seu enfraquecimento enquanto força política.

Com efeito, a MVSN criou, durante o ventênio fascista, várias unidades militares, que iam desde divisões completas de infantaria (que lutaram nas Guerras da Etiópia e da Espanha e na Segunda Guerra Mundial) a batalhões regulares ou os de elite (os chamados Batalhões M, de Mussolini) incorporados às divisões do Exército. Unidades de milícia também se tornaram responsáveis pela defesa antiaérea e pela vigilância de infraestruturas chave. Os militares, contudo, sempre ficaram no comando geral e as forças da MVSN não tinham o poder de fogo e a capacidade logística ou operacional para se opor ao Exército. Mesmo após 1943, com a *Repubblica Sociale Italiana*, a situação se manteve.

No caso da polícia, a sua predominância sobre a milícia também era evidente. O sistema policial se sofisticou entre 1923 e 1926 e, nesse ano, o comando da polícia passou para uma figura chave do regime, Arturo Bocchini (1880-1940)<sup>1</sup>, e sua autonomia foi reafirmada, dentro do Ministério do Interior. Bocchini centralizou a polícia sob o seu comando, ficando fora de sua alçada apenas a MVSN e os *carabinieri* e, a partir de 1927, com a criação da OVRA, sua capacidade de ação e influência aumentou ainda mais. A OVRA interceptava a correspondência e as chamadas telefônicas, infiltrava agentes em organizações potencialmente subversivas (dentro e fora da Itália) e mantinha um cuidadoso sistema de arquivos, de delatores e de vigilantes anônimos para enquadrar e vigiar a população (Fucci 1985; Franzinelli 1999; Franzinelli 2001; Franzinelli 2017; Canali 2004). Mesmo com um pequeno número de homens, a OVRA era o órgão coordenador de todas as forças de segurança para a vigilância, a coleta de informações e a repressão dentro e fora da Itália.

A proeminência da polícia fica evidente quando recordamos que a última vez em que os legionários da MVSN foram utilizados para manter a ordem pública foi em junho de 1924, durante o caso Matteoti (Crociani e Battistelli 2011, 9-11), e que o último momento em que a milícia foi um ator político relevante foi justamente nos anos entre 1924 e 1926. Depois disso, por vinte anos, a essência da repressão ficou por conta da polícia e do aparato judicial tradicional, o qual, mesmo sob controle fascista e com representação da MVSN em algumas instâncias, continuou a ser um órgão de Estado.

---

<sup>1</sup> Sobre Bocchini, ver uma versão popular da sua trajetória em Carafoli e Padiglione 2003. Particularmente útil sobre Bocchini e a polícia política italiana é Savella 1996. Ver também Savella 1998.

---

Essa vitória do Estado se refletiu na questão fundamental que era a segurança pessoal de Mussolini. Nos tempos em que os fascistas lutavam nas ruas pelo poder, esquadristas o protegiam dos inimigos, mas, após assumir o posto de primeiro ministro, ele foi colocado sobre a guarda de um grupo de vinte homens da polícia. Depois dos atentados contra sua vida nos anos 1920, a sua força de segurança foi reforçada através da criação de uma *squadra presidenziale* com 500 homens. Segundo Franco Fucci (1985, 94), entre eles haveria, no papel, um terço de policiais, um terço de *carabinieri* e um terço de camisas negras, mas a maioria do efetivo era, na prática, de policiais e sob o comando de um *questore* (oficial civil da polícia).

Essa unidade cuidou da integridade física de Mussolini desde 1926 até 1943. Eles permaneciam ao seu lado em todos os momentos, vigiavam seus deslocamentos e as pessoas que dele se aproximavam. A polícia também vigiava as fronteiras para impedir a entrada de potenciais inimigos e controlava os movimentos dos antifascistas ainda soltos (Fucci 1985, 59-60).

Havia também uma força de milicianos que deveriam velar pela vida de Mussolini: os *Moschettieri del Duce*, sobre os quais é muito difícil encontrar alguma informação (Belogi 1996, Rosignoli 1995, 81-82; Galbiati 1950, 20-21). Eles vinham do partido e estavam presentes ao redor de Mussolini, mas sua atuação parece ter sido mais honorífica ou simbólica (para se contrapor ao *Corazzieri* que, junto com os *carabinieri*, protegiam o Rei) do que efetiva, tanto que seu armamento geralmente era constituído de punhais ou, no máximo, de armas leves. Mussolini era protegido, portanto, pelo Estado e não pelas forças do Partido Fascista. Isso teve implicações chave quando do golpe de Estado de 1943.

Com efeito, assim que começaram as articulações para derrubar Mussolini, os golpistas podiam contar com o apoio do Exército (o qual contava com algumas unidades particularmente fiéis à Monarquia, como a Divisão *Granattieri di Sardegna*, na capital) e do corpo de *carabinieri*, tradicionalmente próximo ao Rei. A polícia, igualmente, apoiou a deposição de Mussolini: foram forças da polícia que prenderam Mussolini e outros hierarcas fascistas e reforços policiais foram transferidos para Roma para, se necessário, enfrentar as milícias do PNF (Canali 2018).

Mussolini, se quisesse organizar uma resistência, podia contar com o apoio de tropas alemãs aquarteladas em Roma e também com as unidades da Milícia, entre as quais uma divisão blindada completa que estava em fase de treinamento nos arredores da capital, a divisão “M”. Ao final, essa resistência não aconteceu pela indecisão de Mussolini e de outros líderes fascistas e, essencialmente, por motivos políticos: Mussolini hesitou até o último momento em romper em definitivo com o bloco de poder que o tinha mantido no comando por vinte anos e que ele talvez pensasse que fosse ainda passível de reconstrução. Ao final, os milicianos foram cercados e/ou cooptados pelas forças do Exército, dos *carabinieri* e da polícia.

---

No tocante à pessoa de Mussolini, fica clara a sua vulnerabilidade por ter confiado em forças do Estado para a sua proteção. A polícia, que formava o seu círculo de proteção imediata, ficou fiel ao Rei e seus *moschettieri* eram poucos e mal armados. Quando foi decretada a sua prisão, efetuada por um destacamento dos *carabinieri* juntamente com alguns inspetores da polícia, não houve resistência. A razão dessa apatia foi, como indicado acima, política e até psicológica, mas o fato de ele estar exposto individualmente pode ter tido o seu peso. Não espanta, aliás, a pressão de Hitler para que Mussolini organizasse uma divisão de milicianos pesadamente armados para a defesa pessoal do regime e a sua, a já mencionada *Divisione "M"*, a qual, contudo, não estava ainda pronta para isso quando do golpe de Estado.

Depois de 1943, a proteção de Mussolini ficou a cargo de unidades da polícia republicana e, especialmente, da *Guardia Nazionale Repubblicana*, que criou uma Legião especial, *Legione M Guardia del Duce*, com efetivos de um batalhão, para isso (Carducci 2005). Mussolini aparentemente aprendeu a lição e confiou a sua segurança pessoal a forças do partido e não mais do Estado. No entanto, isso não significava mais muita coisa, pois Mussolini estava, na realidade, com sua vida nas mãos de destacamentos do *Leibstandarte-SS Adolf Hitler*, enviadas para protegê-lo e vigiá-lo e que estavam no comando. Ao final, eram, portanto, forças de partido que estavam com ele em Salò, mas as alemãs, o que indica a subordinação final da RSI ao regime nazista e de Mussolini a Hitler.

### O caso alemão

Na Alemanha nazista, o sistema político também se caracterizava pela dualidade e pela duplicidade de funções: se contrapunham uma liderança única com uma constelação de grupos rivais, oriundos do Estado, do partido e de impérios pessoais. Os órgãos do partido se sobrepunham aos do Estado, se articulavam com eles ou disputavam entre si, numa constelação de poder que alguns chegaram a classificar de quase feudal (Fonseca 2012).

Paul Corner (2012, 135-138), contudo, chama a atenção sobre como, apesar dessas disputas intensas, a Alemanha nazista foi capaz de controlar os interesses locais e disciplinar a máquina do Estado e a do partido de forma muito mais eficiente do que na Itália. Na Alemanha, aliás, os *Gauleiter* dominaram os administradores do Estado, os *Reichsstaathalter*, ou assumindo os cargos ou cortando seus poderes, enquanto na Itália, como visto, os *federali* do PNF foram subordinados aos *prefetti* do Ministério do Interior. No entanto, a presença de uma polícia política independente (a SS) e um poder mais centralizado em Hitler teriam permitido que o controle do centro sobre a periferia fosse mais efetivo do que na Itália.

Na Alemanha, além disso, houve uma alteração do equilíbrio de forças em direção ao NSDAP desde a consolidação do regime nazista e, especialmente, na fase final da Segunda Guerra

---

Mundial (Kershaw 2015; Evans 2016; Moraes 2007): pouco a pouco, o partido foi assumindo cada vez mais funções e, apesar do “caos organizado” nunca ter sido superado, a tendência foi a do Estado ser sublimado pelo poder do NSDAP.

Essa trajetória refletia a concepção política nazista, na qual o Estado não era o fim, mas apenas um instrumento para a vontade popular, encarnada no partido (González Calleja 2005, 34-146; Moraes 2007) e também o equilíbrio interno dentro do bloco de poder criado de 1932. Sem o apoio das forças tradicionais, como a Igreja Católica, os partidos e grupos de centro-direita, o Exército e a burocracia do Estado, Hitler não teria chegado ao poder. Elas eram, contudo, mais débeis do que na Itália, até porque a Monarquia havia sido abolida em 1918, o que permitiu ao nazismo adquirir uma proeminência cada vez maior dentro desse bloco já nos anos 1930 e ainda mais durante a guerra. Isso aconteceu em todas as esferas de ação pública, mas com especial força no sistema de segurança, entre os militares, juízes e policiais.

Em 1934, na “Noite das Longas Facas”, Hitler eliminou a antiga milícia nazista, a SA, em um movimento conduzido justamente pela nova, a SS. Ele conseguiu, com esse movimento, vários triunfos políticos: ele controlou a violência da SA, que incomodava mesmo seus apoiadores no povo, acabou com quaisquer possibilidades de a milícia questionar seus acordos com as forças tradicionais e sua liderança e pagou o preço exigido pelos militares para avalizarem sua ascensão ao poder. A SA havia sido útil na ascensão ao poder, mas foi sacrificada sem problemas quando foi necessário para a sua consolidação.

Desde 1934, apesar da sua vitória sobre a SA, a posição dos líderes militares foi sendo limitada e controlada. Eles continuaram comandando a essência das forças militares, reunidas na *Wehrmacht*, mas Hitler foi capaz de anular a sua autonomia. Em primeiro lugar, ele conseguiu substituir os oficiais superiores, especialmente no Alto-Comando, por outros submissos a Hitler e ao NSDAP. O que começou com o caso “Fritsch-Blomberg”, que deu o comando do aparato militar diretamente a Hitler, continuou nos anos a seguir e ele conseguiu, até mesmo, que os militares prestassem um juramento de fidelidade diretamente a sua pessoa. O controle do partido e da SS sobre o aparato militar aumentou ainda mais depois da tentativa de golpe militar em 1944.

Isso, contudo, não bastava e era importante dividir o poder das armas entre diversos comandos e instituições. Não apenas se estimulou a rivalidade entre Exército, Marinha e Força Aérea, como criou-se uma nova força armada, totalmente politizada e ligada ao partido, ainda que não subordinada diretamente a ele: a *Waffen-SS*. Criada formalmente em 1940 – mas com suas primeiras unidades, em nível de regimento, tendo se constituído já anos antes, com o nome de *SS-Verfügungstruppen* – a *Waffen-SS* se desenvolveu ao ponto de se tornar uma força militar de peso, totalizando 38 divisões, com mais de 900 mil homens, em 1945.

---



A maioria dessas divisões era de forças policiais, para a luta contra a guerrilha, criadas ao final da guerra com voluntários estrangeiros pouco motivados ou mesmo recrutados à força. Ao menos algumas de suas divisões, contudo, eram unidades de elite, capazes de sustentar um combate, se necessário, contra as forças do Exército, o que lhes dava, obviamente, poder político. Os militares, mesmo com milhões de homens sob o seu comando, perderam a precedência política e acabaram subordinados dentro do aparelho do Estado<sup>2</sup>.

Na polícia, o mesmo processo aconteceu. Logo ao chegar ao poder, o nazismo promoveu uma centralização política na Alemanha, e a polícia não foi exceção. Ao mesmo tempo, a divisão de poderes e atribuições entre os líderes nazistas prosseguiu, limitando o poder do Ministério do Interior: Himmler assumiu o comando das forças policiais da Baviera e era, desde 1931, chefe do serviço de segurança do partido, a *Sicherheitsdienst*, SD. Ao mesmo tempo, Hermann Göring, ministro do interior da Prússia, manteve as forças policiais desse Estado sob seu comando particular e também criou uma polícia política específica, a *Geheime Staatspolizei*, Gestapo, em 1933, cujas atribuições foram depois estendidas a todo o território alemão ou ocupado.

Com o tempo, contudo, o poder policial foi se concentrando nas mãos da SS, de Himmler e do seu colaborador chave, Reinhard Heydrich, com a derrota dos seus rivais nazistas e também dos conservadores que tentavam reter o controle da polícia através do Ministério do Interior. Eles comandavam a SS, a SD e todas as forças policiais alemãs- como a Gestapo e a polícia criminal, *Kriminalpolizei*, Kripo - foram gravitando para o seu controle. Em 1936, Himmler foi nomeado chefe de toda a polícia alemã, que passou a ter, portanto, um comando unificado, ainda que os conflitos de competências entre agências e grupos tenham continuado.

Para nosso argumento, o importante a recordar é que, nos anos 1940, o sistema policial nazista havia atingido um alto grau de capilaridade na Alemanha e nos territórios ocupados e que, apesar das disputas internas, ele foi eficiente na repressão aos dissidentes e no combate aos inimigos do Reich. O comando geral da polícia acabou, dessa forma, ficando com o NSDAP ou, para ser mais preciso, com a SS. O mesmo pode ser dito do sistema judicial. Toda e qualquer independência foi eliminada, de forma ainda mais acentuada do que na Itália. Os juristas e operadores do Direito foram agrupados em uma associação e juristas como Carl Schmitt estavam, já em 1933, militando pela nazistificação total do sistema judicial. No nazismo, portanto, o Estado policial teve mais alcance e capilaridade do que na Itália.

---

<sup>2</sup> A bibliografia sobre a Waffen-SS é, mesmo descontando-se a apologética e a de consumo popular, simplesmente descomunal. Bons resumos podem ser encontrados em Bohler e Gerwarth 2017, Estes 2015, Leleu 2014, Hale 2012, Leleu 2007.

---

Isso se refletiu na crucial questão da proteção pessoal de Hitler. Ele tinha uma unidade de guarda-costas desde 1923, as *Stabswache*, depois *Stoßtrupp-Hitler*. Elas eram compostas por uns poucos homens, formalmente subordinados à SA, mas, na verdade, pessoalmente leais a ele. Essas unidades deram origem à SS em 1925, a qual se expandiu exponencialmente a partir de então.

Com a conquista do poder, houve novamente necessidade de criar uma unidade específica para a proteção de Hitler: Em 1933, formou-se a *SS-Stabswache*, logo expandida para a *SS-Sonderkommando Berlin*, que recebeu treinamento não apenas policial, mas também militar. Em novembro de 1933, finalmente, surgiu a *Leibstandarte Adolf Hitler*, a guarda pessoal de Hitler. Ela se tornou uma divisão de elite da *Waffen-SS*, - *Leibstandarte SS Adolf Hitler* - e, a partir de 1939, esteve principalmente nos campos de batalha pela Europa. Mesmo assim, ela era responsável pela segurança de Hitler em suas residências e em aparições públicas e algumas unidades permaneceram em Berlim para esse fim.

Mesmo assim, a *Leibstandarte* não era a única força da SS encarregada da proteção de Hitler. Quando o grosso da unidade se dirigiu para o fronte, o Exército ativou uma brigada para acompanhar e defender Hitler quando nas proximidades do fronte ou nos quartéis-generais, a *Führerbegleitbrigade*, e outras tropas do Exército estavam disponíveis em Berlim. A SS também mantinha unidades como os *Führerbegleitkommando* (FBK) e a *Reichssicherheitsdienst* (RSD), para a proteção imediata de Hitler, sendo que os homens da primeira eram os únicos autorizados a manter suas armas nas proximidades do *Führer*. Rochus Misch, o último guarda-costas de Hitler a morrer, em 2013, pertencia a essa unidade.

Um esquema da segurança de Hitler na famosa *Wolfschanze* na Prússia Oriental indica bem a situação. O exterior era patrulhado e guarnecido pela *Führerbegleitbrigade*, enquanto o anel interior estava a cargo da FBK e do RSD, sendo apenas os soldados da primeira podiam, como mencionado acima, usar armas na presença de Hitler. Em Berlim, unidades da LSSAH e outras forças (Gestapo, *Ordnungspolizei* e outras) podiam se somar ao sistema de proteção, mas a essência era simples: de 1933 a 1945, anéis concêntricos de soldados da SS protegiam Hitler de seus inimigos internos e externos e, aliás, é relevante ressaltar como, já em 1933, as forças da SS substituíram as unidades do Exército que tradicionalmente faziam a guarda da Chancelaria alemã (Cook e Bender 1994, 9).

Isso tinha, evidentemente, um efeito político fundamental. Com a segurança de Hitler nas mãos da SS, quaisquer tentativas de removê-lo do poder implicava ou na traição da SS ou na sua derrota por forças mais poderosas, do Exército. Para impedir isso, Hitler selecionava os membros da FBK e da RSD com especial cuidado, especialmente os seus líderes, e, apesar de estarem nominalmente sob o comando da SS, elas eram praticamente independentes, só respondendo a ele.

---

O fato de existirem tantos grupos e subgrupos com a tarefa de protegê-lo também dificultava que um complô fosse colocado em prática, já que havia competição contínua entre eles.

Do mesmo modo, um golpe de Estado a partir do Exército implicaria num combate encarniçado para romper todas as redes de defesa ao seu redor, o que daria tempo para um contragolpe. Isso explica o ato desesperado do coronel von Stauffenberg em 1944, o qual se baseava na esperança que a morte de Hitler bastaria para desagregar as forças do partido e da SS e as fazer aceitar o fato consumado<sup>3</sup>.

Vale comentar, nesse ponto, um argumento presente no livro de Adrian Weale (2013, 208-209) sobre as *Waffen-SS*. Para ele, a criação dessas unidades foi motivada, acima de tudo, por um desejo de Heinrich Himmler de “brincar de soldado”. Afinal, elas seriam desnecessárias contra quaisquer ameaças contra o partido e o regime, já totalmente eliminadas quando da sua criação. Só o Exército seria uma força independente, mas, contra ele, as forças da SS não teriam como vencer, pelo que seriam não apenas desnecessárias, mas supérfluas. Uma prova dessa situação seria o fato que as forças que defenderam Hitler do golpe de 1944 foram outras unidades militares, não as *Waffen-SS*, distantes na frente de batalha.

Esse argumento subestima a ambição por mais poder e espaço político por parte da SS, a qual não era páreo para o Exército, mas esperava ir acumulando forças para se tornar um rival de peso com o decorrer do tempo. E deixa de lado um fato fundamental: se as forças de segurança pessoais de Hitler fossem unicamente militares, as chances do golpe de 1944 ter triunfado seriam provavelmente maiores. As SS podiam não ser capazes de derrotar o Exército, mas a presença de seus homens ao redor de Hitler foi fator fundamental para a sua sobrevivência física e para o fracasso do golpe. Por estarem no centro do poder, ao lado do ditador, as unidades de guarda-costas da SS tinham uma importância política muito superior ao seu poder de fogo e efetivo: um batalhão da SS guardando o Führer tinha mais importância do que um corpo inteiro do Exército longe dele.

Dessa forma, o bloco de poder de Hitler se sustentou melhor do que o de Mussolini porque as suas partes constituintes tiveram a sua autonomia anulada com eficiência muito maior do que na Itália. Contou também, contudo, o fato de Hitler ser protegido e guardado por forças ideologicamente comprometidas, o que tornava muito mais difícil a sua substituição no governo e levou a Alemanha a continuar a guerra até o final, em 1945.

---

<sup>3</sup> O sistema de segurança de Hitler é mencionado em muitas obras gerais sobre o nazismo. Dois livros particularmente úteis são Felton 2014 e Hoffmann 2000.

---

## Casos de controle: Vargas, Franco e Stalin

A questão da polícia e da proteção do líder é fundamental quando pensamos na capacidade dos regimes fascistas em permanecer, ou não, no poder, como indicado pelos casos de Hitler e de Mussolini. Ao mesmo tempo, contudo, pensar na segurança pessoal dos governantes fora do universo do fascismo é uma excelente ferramenta para, através do viés comparativo, esclarecer a relação entre partido e Estado nos fascismos e a sua importância dentro de uma perspectiva totalitária de poder.

Em alguns casos, a situação era relativamente simples, como no dos Estados democráticos. Roosevelt e Churchill eram protegidos por forças do Estado, ou seja, pelo serviço secreto e pela polícia, e tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra as forças policiais eram órgãos do Estado. Já líderes de partidos fascistas, como Plínio Salgado ou Oswald Mosley, tinham sua segurança pessoal garantida por militantes da AIB ou da BUF<sup>4</sup>. Já em ditaduras militares mais “simples”, por sua vez, como várias das latino-americanas dos anos 1930, normalmente a polícia estava diretamente subordinada ao Estado e aos militares, ainda que pudesse ter, em alguns casos, voz própria. A essência da rede de proteção, contudo, era formada por militares.

O caso de Getúlio Vargas é diferente. A sua ditadura era uma ditadura sustentada e mantida pelos militares, sem um partido único que disputasse prerrogativas com o Estado. Ao mesmo tempo, não era uma ditadura militar comum e Vargas não era um general. A relação da polícia e do Exército com a nova ordem reflete isso.

Durante o Estado Novo, não foi criada uma polícia específica do regime, mas foi potencializada a polícia política que já existia, tanto em termos de recursos e poderes, como na perspectiva centralizadora e na radicalização ideológica, especialmente no viés anticomunista. Pela sua localização, era a do Distrito Federal a mais importante, já que agia na capital do país e coordenava as ações nos Estados - agindo como uma verdadeira Polícia Federal - e até mesmo no exterior. Já em 1933, Vargas a colocou sob o comando direto do Ministério do Interior e da Presidência, mas, em última instância, sob o seu próprio. Em toda o período Vargas, a polícia tinha, na realidade, uma autonomia quase completa, obedecendo apenas ao presidente (Cancelli 1994, 50-52). O sistema legal também foi alterado para dar vez a uma nova ordem, mas sem romper completamente com o modelo dos anos anteriores.

---

<sup>4</sup> Mesmo nos movimentos fascistas que nunca chegaram ao poder, houve disputas entre o líder do partido e o comandante das suas milícias sobre estratégias de conquista do Estado, ações a serem tomadas e, no limite, pela liderança. Para o caso de Plínio Salgado e seu conflito com o chefe das milícias integralistas, Gustavo Barroso, ver Bertonha 2014 e Bertonha 2018.

No tocante à segurança pessoal do ditador, ela estava nas mãos de unidades militares e da polícia do Distrito Federal, especialmente da Polícia Especial, e é compreensível, aliás, como uma das principais qualidades de seu chefe, Filinto Muller, para Vargas, era justamente a sua fidelidade (Cancelli 1994, 40-41). No entanto, seu sistema de segurança era visivelmente falho – como demonstra a facilidade com que os integralistas quase o assassinaram em 1938 -, tanto que, após essa data, teria sido criada uma força de vinte homens, sob o comando de Gregório Fortunato, recrutada na cidade natal de Getúlio, São Borja, para a sua proteção imediata. Essa unidade, sobre a qual encontrei pouca informação, podia ser até fiel a Vargas, mas é claro que não podia, por si só, defender o regime e nem o ditador quando da mudança de lado da polícia e das forças armadas, como aconteceu em 1945.

No caso de Franco, vale mencionar o artigo de Jonathan Dunnage (2006) comparando os sistemas policiais da Alemanha nazista, da Itália fascista e da Espanha de Franco. Suas conclusões se assemelham as minhas, ou seja, que, no caso alemão, o partido e a milícia assumiram o comando da estrutura policial e repressiva, enquanto, no italiano, houve mais uma reorganização e redimensionamento da polícia e da justiça do que uma mudança radical. Ele não aborda diretamente o tema das relações entre Estado e partido como fator explicativo, mas ela está implícita.

No caso espanhol, sempre seguindo Dunnage, as milícias falangistas e carlistas foram sendo anuladas politicamente já antes do fim da Guerra Civil e a Falange não exerceu o papel de partido único, no sentido fascista do termo, da ditadura de Franco, apesar de se manter viva e ativa durante décadas. De forma coerente para um regime baseado no Exército, o poder de vigiar e punir foi concentrado nas mãos dos militares, através de tribunais militares e do controle, por eles, dos corpos de polícia, como a *Guardia Civil*.

Novamente, a questão se reflete no problema da guarda pessoal de Franco. Durante o período da Guerra Civil e no imediatamente posterior, até os anos 1950, sua segurança era prerrogativa das forças armadas, as quais ele comandava. A sua escolta pessoal, contudo, incluía a chamada *Guardia Mora*, uma tropa de soldados marroquinos recrutados entre os soldados do Exército da África e que serviram como guarda pretoriana até a independência do Marrocos, em 1956 (De Madariaga 2016).

Fazia todo o sentido ele confiar a sua segurança a forças do Exército, mas especialmente nos marroquinos. O Exército era a sua base de poder e unidades militares ou da polícia (sob controle militar) eram úteis e necessárias para a proteção do regime. Para evitar, contudo, que algum outro general pensasse na sua eliminação física e na sua substituição, a sua guarda pessoal tinha que ser leal a ele apenas.

---

Os marroquinos que tinham vindo da sua tropa mais fiel, o Exército da África, eram uma aposta razoável. Talvez ele pudesse ter selecionado como sua guarda pretoriana as forças da Legião Estrangeira Espanhola, a qual ele tinha comandado e ajudado a criar, ainda nos anos 1920, mas a opção pelos marroquinos era ainda mais segura, já que eles eram estrangeiros e dependentes totalmente dele. Eles formavam, contudo, apenas o círculo médio da rede de defesa (força cerimonial e de proteção de edifícios), enquanto os homens ao redor de Franco, a *Guardia Interior*, eram do Exército e, especialmente, da *Guardia Civil*. Quando a *Guardia Mora* foi dissolvida, em 1957, o seu lugar foi ocupado por tropas de cavalaria do Exército.

O mais importante a observar é que não havia, portanto, tropas carlistas ou da Falange, mesmo nos anos 1930 e 1940, na proteção de Franco. Ele havia anulado as possibilidades de ascensão política tanto da Falange como dos carlistas e confiar a sua vida às milícias seria suicídio. Um ou outro miliciano podia ser mantido nas proximidades para indicar como ele era o *Caudillo* de todos, mas não mais do que isso, o que era política e militarmente lógico dentro da estruturação política do franquismo.

O caso da URSS também é de interesse. O Estado tinha um aparato de segurança imenso, que incluía as várias forças armadas, a polícia comum (chamada de *Militsya*) e, acima de tudo, a polícia política (Cheka, OGPU, depois NKVD e KGB). Ela coordenava a repressão interna, a administração dos campos de prisioneiros e era responsável, durante a guerra, por missões de segurança interna na retaguarda e nos territórios ocupados, sempre com brutal eficiência. A polícia de segurança tinha um sistema judicial próprio, que executava rapidamente as sentenças, e chegou mesmo a dispor, durante a guerra, de forças em nível de divisão - as divisões NKVD - empregadas na segurança da retaguarda e também, em alguns casos, na linha de frente. Nunca passaram, contudo, de tropas de infantaria, sem unidades blindadas ou mecanizadas. A NKVD não era, além disso, um órgão dependente do partido comunista: estava inserido na estrutura do Estado e tinha um sistema de mando independente.

Ainda que simplificado, esse quadro indica um padrão semelhante aos dos Estados fascistas, ou seja, o de confiar a defesa do Estado não a uma única força, mas a várias, de forma a diminuir os riscos de golpes e disputas pelo poder. Contudo, a percepção que fica é que a disputa entre Estado e partido foi menos manifesta na URSS, ao menos na década de 1920. Muito provavelmente devido ao fato que o Estado anterior, o czarista, tinha sido destruído, foi possível revolucionar o Estado de uma forma que nenhum movimento autoritário ou com perspectivas totalitárias do Ocidente conseguiu fazer. Algum nível de diferenciação permaneceu e, segundo Richard Overy (2009), o partido perdeu força na década de 1930, dados os expurgos e a maturação do Estado construído nos anos 1920, mas continuou dominante ao menos durante o período de

---

Stalin. O quanto está aberto a intensos debates (Overy 2009, p. 149-190), mas Estado e partido parecem ter se fundido com mais força na URSS, tanto que o poder de Stalin derivava do seu cargo de secretário-geral do partido comunista e o cargo de *Premier* que ele assumiu em 1941, apesar de indicar um fortalecimento do Estado, não era a base da sua autoridade.

Isso não significa afirmar que a URSS na época de Stalin era um Estado totalitário (no sentido de total e completa identificação entre povo, partido e Estado e eliminação absoluta da dissidência) e nem que nazismo e stalinismo sejam equivalentes, como afirmado pela doutrina do totalitarismo da época da Guerra Fria. Eles são expressões das heranças políticas da esquerda e da direita e seus projetos políticos, bases sociais e perspectivas para o futuro não eram iguais. A própria estrutura de funcionamento do Estado totalitário e as concepções filosóficas de fundo eram diferentes. No entanto, semelhanças, especialmente na estrutura do Estado, existem, pois tanto os Estados fascistas como a URSS de Stalin compartilhavam ao menos a perspectiva totalitária. E, no caso da URSS, pelos motivos apresentados acima, o partido se conjugou de tal forma com o Estado que parece haver assumido o seu comando de forma inimaginável na Alemanha nazista e muito menos na Itália fascista (González Calleja 2005, 38-39).

A relação de Stalin com os militares e a polícia refletia isso. Ele olhava com suspeita para os militares, mas nem mesmo a sua polícia política, a NKVD, era cem por cento confiável. Georgy Zhukov ou Lavrenti Beria, afinal, podiam ser potenciais rivais pelo poder. Os expurgos contínuos eram, em boa medida, uma forma de eliminar riscos potenciais antes mesmo que eles existissem. O terror, assim, era exercido pela polícia política, mas ela própria era submetida a ele. A segurança pessoal de Stalin refletia isso.

Os guardas que o rodeavam eram um comando independente, e a unidade como um todo estava subordinada diretamente à Stalin, sendo os seus chefes também continuamente expurgados e substituídos. Mesmo o seu comandante por treze anos, Nikolai Vlasik, foi acusado injustamente e preso em 1952 (Khlevniuk 2015, 35-36). Os círculos exteriores de proteção de Stalin podiam ser preenchidos pelos militares (através das várias divisões blindadas estacionadas em Moscou) e os médios pela NKVD, mas seria temeroso da parte de Stalin deixar um potencial rival, como Lavrenti Beria, no comando dos homens armados que o rodeavam. A polícia política vigiava os militares, mas também podia, potencialmente, voltar-se contra ele.

No Kremlin e também na sua dacha, nos arredores de Moscou, isso fica evidente. O lugar era, como seria de esperar, fortificado e cheio de barreiras e, para chegar lá, na periferia de Moscou, havia tropas e veículos militares e da NKVD. Já no perímetro médio, estavam centenas de homens do NKVD, mas, no circuito interno, estavam os homens da sua guarda pessoal, que respondiam

---

apenas a ele. Isso refletia a paranoia pessoal de Stalin, mas também o medo de todo ditador de ser substituído num golpe.

Stalin manteve seu poder através da administração cuidadosa – em boa medida, pelo terror - do bloco de poder construído após 1917 e, especialmente, dos equilíbrios internos da grande instância de poder existente nos anos 1920 e 1930, ou seja, o partido. A constituição da sua guarda pessoal refletia esse bloco de poder, mas o cuidado que ele tinha com ela - mantendo a sua fidelidade, mas também expurgando-a regularmente - também foi importante para explicar os seus trinta anos de poder na URSS.

### Considerações finais

Em qualquer estrutura política, garantir a obediência dos que dispõem do poder de coerção é uma questão chave e uma das maiores vantagens do sistema democrático é que, normalmente, a legitimidade é dada pelas eleições. Golpes contra líderes democraticamente eleitos são relativamente comuns, é fato, mas a democracia, em teoria, garante que a troca de lideranças não precisa ser feita pela eliminação física do governante. Mesmo assim, a obediência e a fidelidade das tropas ao governo é um problema eterno e faz sentido que uma das principais áreas de discussão dentro da área de pesquisa “relações civis-militares” e dentro dos estudos sobre a preservação do sistema democrático é como assegurar o controle civil dos militares quando esses têm, em última instância, o poder.

Num regime de força, a situação é diferente. Aquele que ascendeu ao poder através de um golpe de Estado ou de intrigas palacianas sabe que pode ser substituído a qualquer momento. Impedir isso demanda um senso político apurado, no sentido mais prático do termo. É fundamental conduzir a opinião pública e das elites locais (e, se for o caso, internacionais), de forma que rivais não identifiquem chances de ação. Também crucial é identificar os potenciais rivais, anulá-los ou eliminá-los de forma precoce, de forma física ou removendo-os de posições de poder.

O *divide et impera* também é instrumento fundamental, pois manter vários grupos e instituições em conflito contínuo é garantir que elas não se unirão contra o seu poder pessoal. Isso é especialmente importante no que se refere às forças policiais e militares, pois um ditador que perde o respaldo de todas as forças armadas é um sério candidato a ser deposto. Por fim, é essencial criar uma estrutura na qual o líder se torna indispensável, o único capaz de dar ordem ao caos administrativo e político e coordenar os vários grupos e interesses.

Esse jogo político pode, obviamente, falhar; se não fosse assim, a história dos golpes e contragolpes de Estado não seria tão longa. Mas é visível a habilidade com que Benito Mussolini ou Getúlio Vargas aplicaram essas estratégias para se manterem no poder, ao menos até uma

---



mudança de cenário fora de controle em 1943 e 1945. Francisco Franco também foi capaz de se colocar como o mediador entre falangistas, monárquicos e generais rivais no Exército, em boa medida manipulando a todos, até que a consolidação do seu poder fosse irreversível (Preston 2017).

Isso se reflete imediatamente na questão da segurança do regime em si, pelo que é normal ditaduras criarem forças armadas próprias ou, quando confiam nos militares ou nos policiais para tanto, estimularem a rivalidade entre eles e/ou se esforçarem para conseguir um consenso interno. E, obviamente, também se reflete no crucial problema da proteção pessoal do ditador.

Num sistema democrático, a segurança do governante deve ser preservada frente a possíveis ameaças, mas, ao menos em teoria, as chances de sublevação e assassinato são menores. O Serviço Secreto americano, por exemplo, se preocupa com os riscos à vida do presidente frente a atos terroristas ou assassinato, mas não é uma força pretoriana para manter o presidencialismo nos EUA. Já em um regime de força, o risco de morte é muito maior, até mesmo pelas próprias forças de proteção do regime, caso elas mudem de lado. E o assassinato é um instrumento rápido e eficaz de garantir um fato consumado e a mudança na liderança. Tentar impedir isso é prioridade dos reis, imperadores e, acima de tudo, dos ditadores, que não podem recorrer sequer a laços de sangue para justificar sua legitimidade.

Os imperadores romanos, por exemplo, contavam com a guarda pretoriana, mas, desde o assassinato de Nero e o fim da dinastia julio-claudiana, essa mesma guarda podia eleger ou depor imperadores, o que aconteceu várias vezes e era uma ameaça permanente. As soluções possíveis para resolver isso iam desde a compra da sua fidelidade com subornos ou cargos, deixar unidades legionárias nas proximidades para fazer o contrapeso ou utilizar germânicos como os guarda-costas mais próximos, já que, não sendo romanos, suas pretensões políticas eram menores. Outra possibilidade era rodear-se de forças leais por vínculos de parentesco, de sangue ou de clã. Os imperadores romanos seguiram essa prática especialmente quando da nomeação dos altos comandos militares e políticos.

Quando o poeta Juvenal, também na época romana, falou as palavras “Quem guardará os guardiães?” (*Quis custodiet ipsos custodes?*) ele podia estar se referindo à fidelidade feminina ou à responsabilidade do governante perante a lei, mas eu creio que a frase pode ser extrapolada para o problema da segurança privada dos imperadores e dos ditadores modernos.

No caso de alguns regimes do Oriente Médio, criaram-se forças armadas para defender o regime e não o país em si, num claro contraponto com as forças armadas. É o caso do Iraque, onde, além de uma milícia paramilitar, havia a Guarda Republicana - formada por árabes sunitas, mais bem equipada e paga - e leal ao regime e ao ditador. De forma emblemática, quando mais nos aproximávamos do entorno de Saddam Hussein, mais as lealdades se afunilavam: sua guarda mais

---

imediatamente era composta de homens que vinham da sua cidade de Tikrit e da sua tribo, Saddam's al-Bu Nasser, e estava sob o comando pessoal seu ou de seus filhos<sup>5</sup>. Arranjos similares existiram ou existem na Líbia, no Irã e na Síria.

Os exemplos da Antiguidade e do Oriente Médio indicam como a questão das forças de segurança e da proteção pessoal do líder não é específica do fascismo ou dos regimes totalitários do século XX; é uma questão atual, pelo que oficiais de segurança de qualquer espectro político podem intercambiar experiências mesmo sendo inimigos ideológicos: defender um regime de força é uma estratégia, uma forma de agir que serve para autoritários de direita ou de esquerda, regimes teocráticos ou monarquias.

No caso dos regimes fascistas, contudo, a questão adquire contornos particulares: ao estudarmos o sistema de repressão e, especialmente, as forças de guarda-costas, temos uma janela para o entendimento da relação entre Estado e partido nesses regimes e podemos separar e entender melhor os atores e as forças em jogo.

Os partidos fascistas que chegaram ao poder - o italiano e o alemão - só obtiveram sucesso porque se aliaram com as forças conservadoras, tradicionais, que imaginavam que iam conseguir metabolizá-los depois, formando coalizões nas quais as partes integrantes disputavam influência. Dentro desses blocos, se manifestava também a contraposição entre uma perspectiva totalitária, normalmente abrigada no partido, e uma autoritária, com efeitos em toda a máquina do Estado e na sociedade, especialmente nas forças de segurança.

A lógica parece evidente: quando mais autoritário o regime, menor o espaço para a atuação de um partido mobilizador, mais importância dos corpos militares e policiais tradicionais (ainda que forças de segurança próprias possam ser criadas) e mais confiança do ditador nas forças do Estado para a sua proteção. Quanto mais totalitário o regime, mais poder para o partido, mais influência da sua ideologia no Estado e mais desconfiança das forças militares e policiais tradicionais, com a criação de guardas pessoais autônomas.

É evidente que essa escala é teórica e é importante ressaltar que o conceito de totalitarismo trabalhado é apenas o de perspectiva ou imaginação totalitária, não de um totalitarismo pleno que tenha efetivamente se instalado. Do mesmo modo, ele não implica - cumpre ressaltar novamente - em igualdade entre o nazismo, o fascismo e o comunismo de Stalin, que beberam em tradições diferentes e tinham projetos de sociedade diferentes, ligados às tradições da esquerda e da direita. Essa escala, contudo, talvez permita comprovar como fascismo não é sinônimo de ditadura, nem de corporativismo ou de totalitarismo, mas é uma combinação própria de elementos. A perspectiva

---

<sup>5</sup> Ver vários dos artigos reunidos em Dodge 2013.

totalitária era uma essencialidade no fascismo, mesmo quando não aplicada integralmente, e ela implicava em uma reorganização substancial da estrutura do Estado e das forças armadas e policiais. Ele não se resume, contudo, apenas a ela.

A formação das guardas pessoais é um processo que vai além da simples opção do ditador ou do governante por esse ou aquele modelo. Ela reflete possibilidades históricas, realidades políticas e considerações ideológicas que todo governante deve levar em conta. Ao mesmo tempo, a própria seleção de um modelo acaba por ter implicações políticas e imediatas, como demonstram os casos de Mussolini e de Hitler. Ao optar pelas forças do Estado ao invés do partido, Mussolini fragilizou a sua posição, enquanto Hitler, ao criar e confiar nas forças do partido, a fortaleceu. Essas opções diferentes de cada ditador, mesmo que condicionadas pela realidade de cada país, não explicam plenamente a queda de Mussolini em 1943 e a sobrevivência de Hitler ao golpe de 1944, mas também não podem ser simplesmente esquecidas. As milícias são parte fundamental do pensamento e da prática política fascistas, tanto na ascensão ao poder, como também na sua manutenção. Dentro do fascismo, lideranças, partidos e milícias são termos intimamente relacionados e não se compreende as peculiaridades do seu modelo político sem essa constatação.

### Referências bibliográficas

- Adinolfi, Goffredo, org. *Governar em ditadura, elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Belogi, Ruggero. *Moschettieri del Duce: Silenziosi, Fedeli*. Parma: Ermanno Arbertelli, 1996.
- Bertonha, João Fábio. "Coerção, consenso e resistência num Estado autoritário: o caso da Itália fascista." *Diálogos*, 12, 01 (2008): 141-63. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v12i1.37>
- Bertonha, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem, 2014.
- Bertonha, João Fábio. *Fascismo e antifascismo italianos: ensaios*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2017.
- Bertonha, João Fábio. *Plínio Salgado: biografia política*. São Paulo: EDUSP, 2018.
- Bohler, Jochen; Gerwarth, Robert. *The Waffen SS: a European History*. Oxford: Oxford University Press, 2017. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198790556.001.0001>
- Canali, Mauro. *Le spie del regime*. Bologna: Il Mulino, 2004.
- Canali, Mauro. "Carmine Senise". Em *Dizionario biografico degli italiani*. Roma: Istituto Treccani, 2018.
- Cancelli, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- Carafòli, Domizia; Padiglione, Gustavo. *Il Viceduce: Arturo Bocchini capo della polizia fascista*. Milão: Mursia, 2003.
- Carducci, Marco. *La Legione "M" Guardia del Duce*. Milão: Ritter Edizioni, 2005.
-

- Cook, Stan; Bender, Roger J. *Uniforms, organization and History of the Lab (Leibstandarte SS Adolf Hitler)*. San Jose: R. James Bender Publishing, 1994.
- Corner, Paul. *Italia Fascista: politica e opinione popolare sotto la dittatura*. Roma: Carocci, 2012.
- Crociani, Piero; Battistelli, Pier Paolo. *Le Camicie Nere, 1933-1945*. Gorizia: Libreria Editrice Goriziana, 2011.
- De Madariaga, Maria Rosa. *Los moros que trajo Franco*. Madrid: Alianza Editorial, 2016.
- Dodge, Toby. *Iraq at the crossroads: State and society in the shadow of regime change*. New York: Taylor & Francis, 2013.
- Dunnage, Jonathan. "Policing right-wing dictatorships: some preliminary comparisons of fascist Italy, Nazi Germany and Franco's Spain." *Italian Studies*, 10, 1 (2006): 93-122.  
<https://doi.org/10.4000/chs.200>
- Estes, Kenneth. *A European Anabasis: Western European volunteers in the German Army and SS, 1940-45*. Helion: Limited, 2015.
- Evans, Richard. *The Third Reich in History and Memory*. London: Abacus, 2016.
- Felton, Mark. *Guarding Hitler: the secret world of the Führer*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2014.
- Fonseca, Ana Mônica. "Ministros e centros de poder na Alemanha Nacional-Socialista." Em Adinolfi, Goffredo, org. *Governar em ditadura, elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, 71-96. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Franzinelli, Mimmo. *I tentacoli dell'OVRA: agenti, collaboratori e vittime della polizia politica fascista*. Torino: Bollatti Boringhieri, 1999.
- Franzinelli, Mimmo. *Delatori, spie e confidenti anonimi: l'arma segreta del regime fascista*. Milano: Mondadori, 2001.
- Franzinelli, Mimmo. *Il tribunale del Duce: la giustizia fascista e le sue vittime (1927-1943)*. Milano: Mondadori, 2017.
- Fucci, Franco. *Le polizie di Mussolini: la repressione dell'antifascismo nel "Ventennio"*. Milano: Mursia, 1985.
- Galbiati, Enzo. *Il 25 luglio e la Milizia*. Milano: Bernabò, 1950.
- González Calleja, Eduardo. *Los totalitarismos*. Madrid: Editorial Síntesis, 2005.
- Hale, Christopher. *I carnefici stranieri di Hitler: l'Europa complice delle Ss*. Milano: Garzanti, 2012.
- Hoffmann, Peter. *Hitler's personal security: protecting the Führer, 1921-1945*. New York: Hachette Books, 2000.
- Kershaw, Ian. *O fim do Terceiro Reich: a destruição da Alemanha de Hitler, 1944-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Khlevniuk, Oleg V. *Stalin: new biography of a dictator*. New Haven: Yale University Press, 2015.
- Leleu, Jean-Luc. *La Waffen-SS: soldats politiques en guerre*. Paris: Perrin, 2007.
- Leleu, Jean-Luc. *La Waffen-SS*. Paris: Place des Éditeurs, 2014.
- Moraes, Luís Edmundo de Souza. "Sobre a concepção de Estado no Nacional-Socialismo." *Revista Universidade Rural*, 29, 01 (2007): 37-50.
-

- Musiedlak, Didier. "Mussolini, carisma e decisão política." Em Pinto, Antonio Costa, org. *Governar em ditadura, elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, 25-38. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Overy, Richard. *Os ditadores: a Rússia de Stalin e a Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.
- Preston, Paul. *Franco: Caudillo de España*. Barcelona: Debolsillo, 2017.
- Reichardt, Sven. *Camicie Nere, Camicie Brune: milizie fasciste in Italia e in Germania*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- Rosignoli, Guido. *MVSN: storia, organizzazione, uniformi e distintivi*. Parma: Ermanno Albertelli Editore, 1995.
- Savella, Italo Giovanni. *Mussolini's "Fouché": Arturo Bocchini, the fascist OVRA, and the Italian police tradition*. University of Rochester, 1996.
- Savella, Italo Giovanni. "Arturo Bocchini and the secret political police in Fascist Italy." *Historian*, 60, 044 (1998): 79-93. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6563.1998.tb01415.x>
- Weale, Adrian. *SS: una historia nueva*. Madrid: Turner, 2013.

\*\*\*

Recebido: 18 de setembro de 2020

Aprovado: 07 de novembro de 2020